

POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: O CASO DA FAZENDA BIMINI EM ROLÂNDIA/PR¹

Alan Alves Alievi²

Daisson Felix Jacinto³

Izabelle Cristina Gusmão da Silva⁴

Eloiza Cristiane Torres⁵

RESUMO

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução nº 2/2012) estabelecem a Educação Ambiental (EA) como componente essencial e permanente da educação brasileira, devendo ser promovida tanto em espaços formais quanto não formais, com foco na construção de sociedades justas e sustentáveis. Neste contexto, o trabalho objetivou discutir como a integração entre arte, cultura e diálogo promove uma reflexão transformadora sobre a relação sociedade-natureza no espaço não formal da Fazenda Bimini, localizada na zona rural de Rolândia, Paraná. A metodologia empregou pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa, utilizando procedimentos secundários (legislação e referencial da EA crítica) e fontes primárias, com trabalho de campo que incluiu observação in loco e entrevistas semiestruturadas com os proprietários. Os resultados demonstram que a Fazenda Bimini desenvolve, desde 1997, um projeto de EA não formal baseado em visitas guiadas, trilhas interpretativas e espaços culturais (como o Museu do Café e o Cine Paiolão). A prática pedagógica, conduzida pelos proprietários, valoriza o diálogo democrático, a contextualização histórica e cultural (ligada ao ciclo do café) e a arte para despertar os sentidos e a sensibilidade. Ao correlacionar o conhecimento científico e os saberes locais, as atividades buscam romper com a dissociação entre ser humano e natureza, promovendo uma consciência ambiental crítica e a valorização da participação ativa dos visitantes, reforçando o papel estratégico dos espaços não formais na efetivação das políticas públicas de sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Espaço não formal, Arte, Diálogo, Sustentabilidade

ABSTRACT

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

² Professor QPM do estado do Paraná, SEED - alan.alievi@uenp.edu.br

³ Doutorando em Geografia – UEL – daissonfelix@gmail.com

⁴ Doutoranda em Geografia – UEL - izabelle.gusmao@uel.br

⁵ Professora do PPGEIO – UEL – Elotorres@uel.br

The National Environmental Education Policy (Law no. 9.795/1999) and the National Curriculum Guidelines (Resolution no. 2/2012) establish Environmental Education (EE) as an essential and permanent component of Brazilian education, which must be promoted in both formal and non-formal settings, focusing on building just and sustainable societies. In this context, the study aimed to discuss how the integration of art, culture, and dialogue promotes a transformative reflection on the society-nature relationship in the non-formal setting of Fazenda Bimini, located in the rural area of Rolândia, Paraná. The methodology used bibliographical research and a qualitative approach, employing secondary procedures (legislation and critical EE framework) and primary sources, with fieldwork that included *in loco* observation and semi-structured interviews with the owners. The results demonstrate that Fazenda Bimini has been developing a non-formal EE project since 1997, based on guided tours, interpretive trails, and cultural spaces (such as the Coffee Museum and Cine Paiolzão). The pedagogical practice, led by the owners, values democratic dialogue, historical and cultural contextualization (linked to the coffee cycle), and art to awaken the senses and sensitivity. By correlating scientific knowledge and local wisdom, the activities seek to break with the dissociation between human beings and nature, promoting critical environmental awareness and valuing the active participation of visitors, thus reinforcing the strategic role of non-formal spaces in the effectiveness of public sustainability policies.

Keywords: Environmental Education, Non-formal space, Art, Dialogue, Sustainability.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental no Brasil, em termos de políticas públicas e legislação, tem como um dos importantes marcos a Política Nacional de Educação Ambiental instituída com a aprovação da Lei nº 9.795 de abril de 1999 (Brasil, 1999).

Essa lei tratou de regular a educação ambiental no Brasil, tendo por base cerca de 21 artigos, distribuídos em 04 capítulos que tratam da: Educação Ambiental; Política Nacional de Educação Ambiental; Execução da Política Nacional de Educação Ambiental e disposições finais.

Chama-se a atenção para o artigo 2º, que conceitua a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional. Indo além da conceituação, ao elencar quais seriam os responsáveis pela promoção da mesma, a referida lei destaca o poder público, as instituições educativas, os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, os meios de comunicação de massa, as empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas e a sociedade como um todo.

Em junho de 2012, foi estabelecida a resolução nº 2 de 15 de Junho de 2012 objetivando promover e estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. No seu Art. 2º a Educação Ambiental foi conceituada como uma dimensão da educação sendo,

portanto, uma atividade intencional da prática social, ao ponto de fazer com que o desenvolvimento individual avance para um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos. Ou seja, elevar a atividade humana ao patamar de uma prática social e de ética ambiental (Brasil, 2012).

Esse conceito de Educação Ambiental foi reforçado nos princípios contidos no art. 12 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental de 2012, que indicam “[...] a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos” (Brasil, 2012, p. 2), como norteadores do trabalho em Educação Ambiental seja em ambientes formais como instituições de ensino, seja nos espaços não formais.

Nesse contexto, objetivou-se discutir como a integração entre arte, cultura e diálogo promove uma reflexão transformadora sobre a relação sociedade-natureza no espaço não formal da Fazenda Bimini, localizada na zona rural do município de Rolândia, no Norte do estado do Paraná.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa, com a utilização de procedimentos secundários (pesquisa bibliográfica), tendo por base a Educação Ambiental crítica, bem como a consulta às principais legislações vigentes acerca da temática. E levantamentos de informações junto a fontes primárias com realização de trabalho de campo, com observação *in loco* e entrevistas semi-estruturada (Gil, 2012).

As informações de campo foram analisadas a partir de categorias temáticas que emergiram no decorrer das entrevistas com os proprietários da Fazenda Bimini em Rolândia, Paraná, Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A propriedade rural foi criada no ano de 1936, por Hans e Hildegard Kirchheim, imigrantes alemães, em meio à terceira fase de incorporação de terras no norte paranaense (1930 a 1945). Encontra-se localizada às margens da rodovia PR 170, entre a cidade de Rolândia e o distrito de São Martinho.

A família Kirchheim, após 1970, frente as transformações na agropecuária norte paranaense (Padis, 1981; Lopes, 1982; Graziano, 1998), passou a arrendar terras da fazenda Bimini para lavouras temporárias, dado que não demandavam mão-de-obra.



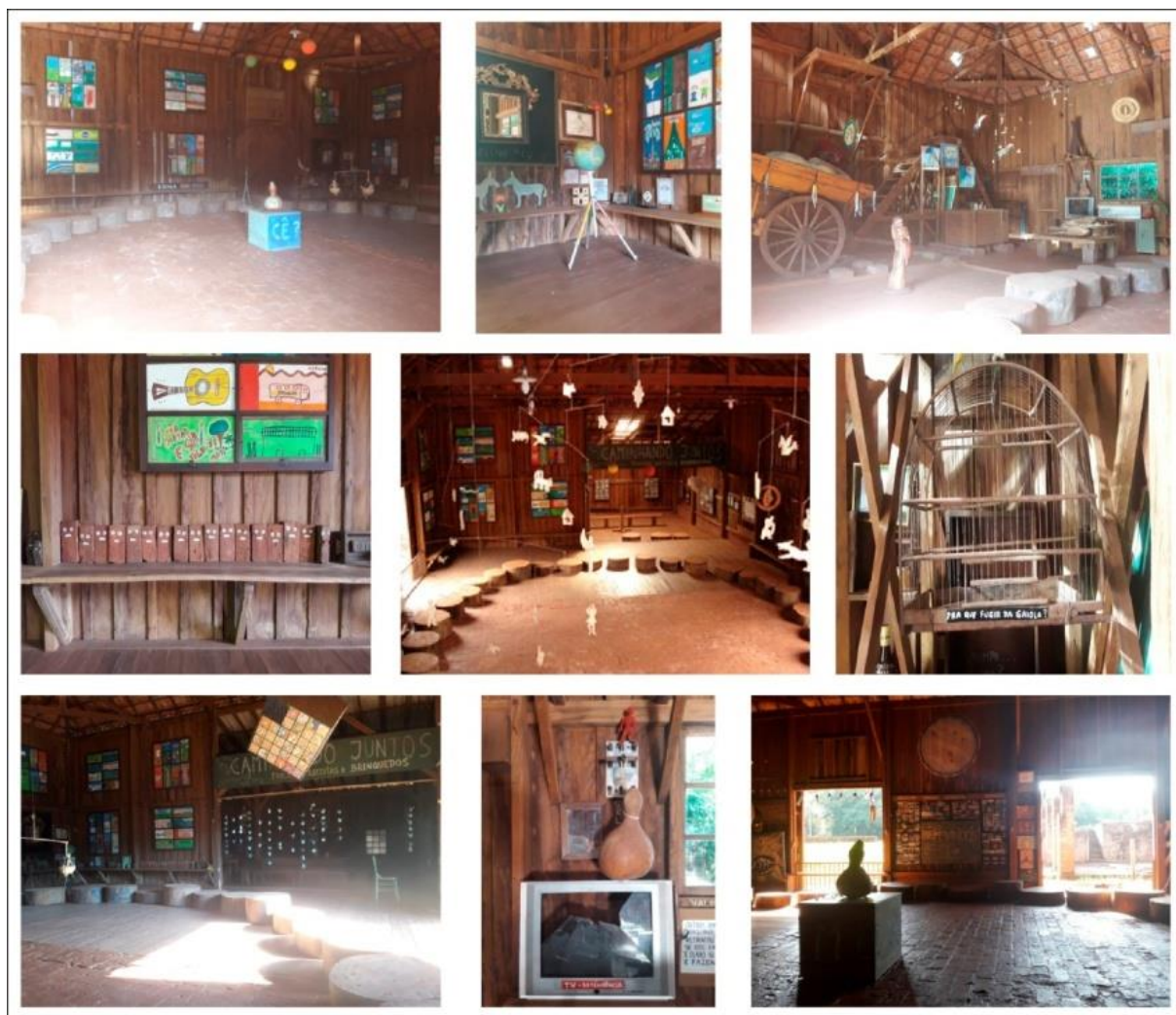
E o ambiente construído no período da cafeicultura, como casarões, barracões e terreirões construídos no final de década de 1930 e início de 1940, passou a ser destinado para a visitação. Além das construções, os visitantes percorrem trilhas em meio a vegetação nativa no entorno da sede da fazenda, com inúmeras espécies arbóreas bem como as nascentes de água.

Desde 1997, Daniel Steidle em conjunto com a família, tem desenvolvido um projeto de educação ambiental não-formal, destinado aos residentes no município de Rolândia e região, com vistas guiadas no entorno da sede da fazenda em meio aos casarões e terreirão de café bem como em trilhas na vegetação circundante e nas nascentes de águas próximas.

As visitas guiadas têm início na sede da fazenda, nos arredores da antiga edificação chamada de tulha de café, com a exploração de artefatos históricos e expressões artísticas em exposição nas paredes.

As atividades geralmente iniciam-se no interior de uma antiga construção, com os visitantes sentados em troncos de madeira dispostos em semicírculo no meio do salão e cercados por objetos, utensílios, ferramentas utilizadas em tempos passados, assim como obras de arte de artistas locais (Figura 1).

Figura 1. Interior do salão (antiga tulha de café) organizada para receber os visitantes



Fonte: Autores (2025)

A primeira ação consiste em uma reflexão sobre o ser e a sociedade, com o proprietário provocando os visitantes a reconhecer a importância da arte em nosso cotidiano para o fazer, o buscar, o questionar e o criar. A cultura também faz parte da reflexão e, para tanto, artefatos utilizados em tempos passados passam a ser o foco do diálogo, como por exemplo um objeto utilizado para retirar os sapatos dos pés no período medieval em países europeus, algo inusitado para as gerações atuais. Outros artefatos que faziam parte do cotidiano dos moradores da área rural de Rolândia no período da cafeicultura também se tornam objetos de reflexão.

Chama-se a atenção ainda na figura 1 para elementos culturais que remetem ao passado histórico da região nos tempos dos cafezais bem como outros utilizados por povos indígenas. Também é possível verificar várias formas de expressões artísticas como telas, poemas e frases em meio à televisão, gaiola de pássaros, espelho, globo terrestre, tijolos pintados e vários objetos menores suspensos.

Para Daniel Steidle, envolver a arte no processo de educação ambiental é de suma importância, pois “[...] procura-se, com o exercício das artes, despertar os sentidos, visão, sentimento e expressão próprios que permitam reconhecer uma realidade local, questionar e agir a partir dela [...] formando cidadãos mais sensíveis, ativos, tolerantes [...]” (Ferreira; Steidle, 2005, p. 4).

Conforme vai dialogando com os visitantes, o proprietário vai conduzindo-os para trilhas que percorrem o interior de uma área de preservação ambiental, próxima ao ambiente construído (sede da fazenda). Na trilha os visitantes são provocados a pensar no ambiente natural e no ser humano como também pertencente a esse meio natural, que apesar de conviver em sociedade, não consegue ter uma vida plena sem o meio natural (Figura 2).

Na Fazenda Bimini, conforme relata Abreu (2015), encontra-se um Arboreto Botânico com cerca de 1 hectare, que abriga, além de três imponentes exemplares de Jaracatiá, diversas espécies nativas como Pau-Marfim, Pau-Jacaré, Jenipapo, Jequitibá-Rosa, Urucum, Buriti-do-Paraná e Figueira-Branca. Também estão presentes espécies exóticas, como o mogno africano e o cedro australiano, entre outras.

A visita ao local inicia-se pelas trilhas onde predominam as espécies nativas e, posteriormente, segue-se para as áreas com plantas exóticas. Durante o percurso, os visitantes recebem explicações sobre as diferentes espécies e são convidados a experimentar a natureza por meio dos sentidos — o canto dos pássaros, o sopro do vento e o aroma característico da mata. Nesse contexto, destaca-se a importância da vegetação tanto para a vida animal quanto para a manutenção do equilíbrio ambiental como um todo.

Figura 2. As trilhas e partes observadas no decorrer da visitação



Fonte: Autores (2025)

Ao final do trajeto, o grupo é conduzido até uma nascente de água, onde é possível entrar na pequena lagoa formada em seu entorno. Nesse momento de imersão e contato direto com a natureza, o diálogo com Daniel aborda questões hídricas contemporâneas, ressaltando a relevância das áreas verdes e das práticas sustentáveis para a preservação das nascentes e dos cursos d'água.

O espaço também desenvolve atividades voltadas a grupos de idosos, pessoas com deficiência visual e autistas, assegurando que a experiência nas trilhas seja acessível e inclusiva para todos os públicos.

As trilhas existentes na Fazenda Bimini podem ser compreendidas como trilhas interpretativas, uma vez que, além de proporcionarem contato direto com uma paisagem predominantemente natural, possibilitam a leitura e a interpretação do ambiente, a transmissão de informações e a revelação de significados e simbologias presentes na paisagem (Santos et al., 2011). Ademais, essas trilhas desempenham papel fundamental na formação de uma consciência ambiental entre os visitantes (Siqueira, 2004).



No espaço da fazenda, além das trilhas ecológicas, desenvolvem-se outras atividades de caráter educativo e cultural. Um exemplo é o antigo paiol, que foi adaptado e transformado no Cine Paiolzão, ambiente destinado à exibição de filmes e documentários para visitantes e para a comunidade local nos finais de semana. Outro destaque é o Museu do Café Massuci, inaugurado em junho de 2017 na sede da fazenda, em uma casa construída na década de 1940. O museu abriga objetos, ferramentas, mobiliário, obras de arte e acervo bibliográfico relacionados ao período da cafeicultura na região de Rolândia (PR), configurando-se como importante espaço de preservação da memória e da identidade rural local.

Esses ambientes, juntamente com as trilhas e as visitas guiadas baseadas no diálogo, constituem estratégias voltadas à promoção da educação ambiental não formal na Fazenda Bimini. A proposta busca resgatar a cultura local, fortalecer a relação sociedade-natureza sob uma perspectiva sustentável e estimular o despertar da consciência ambiental. Nesse processo, a abordagem conduzida por Daniel Steidle permite investigar experiências que expressam “a arte de falar a linguagem do lugar” (Ferreira; Steidle, 2005, p. 4), entendida como a vivência e o reconhecimento do espaço habitado, construído e significado por gerações passadas e presentes.

Compreende-se que a perspectiva adotada por Steidle valoriza o “diálogo democrático, o aprendente como autor ativo e a contextualização como elementos essenciais do processo educativo, a supra-alteridade que reconhece o outro como legítimo outro e o saber como parceiro” (Figueiredo, 2006, p. 2). Essa concepção, articulada à ideia de que “saber escutar e falar a língua do meio pode ser um caminho surpreendente para aprendermos uma possível ordem sustentável na convivência” (Ferreira; Steidle, 2005, p. 9), reforça a dimensão pedagógica e ética das práticas desenvolvidas na Fazenda Bimini, centradas na interação respeitosa e consciente entre seres humanos e natureza.

Conforme já sinalizado anteriormente, no Brasil, especialmente a partir da década de 1980, as políticas públicas passaram a incorporar, de forma mais sistemática, a dimensão ambiental, reconhecendo a necessidade de articular ações educativas que ultrapassem o espaço escolar e promovam o engajamento coletivo na conservação da natureza (Jacobi, 2003). E, nesse contexto, os espaços não formais de educação tem assumido um papel estratégico para a efetivação das políticas públicas voltadas à sustentabilidade, ao integrarem o conhecimento científico, saberes tradicionais e práticas sociais (Sauvé, 2005).

A Fazenda Bimini é um exemplo dessa integração entre conhecimento científico e popular, ao passo que os proprietários no decorrer da visita vão correlacionando

conhecimentos do campo das ciências ambientais e todo o conhecimento produzido local/regional desde os tempos da cafeicultura na região.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999, constitui um marco nesse processo, ao definir a educação ambiental como componente essencial e permanente em todos os níveis e modalidades do processo educativo — tanto formal quanto não formal. Essa lei reconhece a relevância de espaços como parques, museus, centros de visitantes, trilhas ecológicas, reservas naturais, fazendas educativas e comunidades tradicionais como locais privilegiados para experiências de aprendizagem ambiental (BRASIL, 1999). Tais ambientes, dentre os quais a Fazenda Bimini, possibilitam vivências diretas nas quais o indivíduo se torna sujeito ativo da aprendizagem, compreendendo a interdependência entre natureza, cultura e sociedade (Carvalho, 2004).

As políticas públicas que incentivam a educação ambiental em espaços não formais buscam articular diferentes setores — educação, meio ambiente, cultura, turismo e ciência — em ações integradas de formação cidadã e sustentabilidade. Iniciativas como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e a Agenda 21 Local têm promovido práticas de gestão compartilhada dos recursos naturais, valorizando os conhecimentos comunitários e a participação popular nos processos decisórios (BRASIL, 2005; Jacobi, 2003). Essas ações estão fundamentadas em princípios de equidade, solidariedade e justiça socioambiental, e se alinham aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nos espaços não formais, a educação ambiental se concretiza de modo experiencial, dialógico e interdisciplinar. O contato direto com a natureza e com as práticas culturais locais favorece a reflexão crítica sobre os impactos das ações humanas e as possibilidades de transformação social. De acordo com Carvalho (2004), a educação ambiental deve ser entendida como um processo político e ético, que busca fortalecer a responsabilidade coletiva na gestão do território e na preservação dos bens comuns. Assim, ao promover o diálogo entre educadores, comunidades e poder público, os espaços não formais tornam-se verdadeiros laboratórios vivos de práticas sustentáveis e de exercício da cidadania ambiental (Reigota, 2010).

A efetividade dessas políticas depende, contudo, da articulação entre os diferentes níveis de governo, da continuidade das ações e do fortalecimento da participação social. Experiências exitosas em todo o país demonstram que a educação ambiental em espaços não formais é potencializada quando construída de forma colaborativa entre instituições públicas, organizações não governamentais e movimentos sociais (Jacobi, 2003; Sorrentino et al., 2005).

Essa rede de cooperação amplia o alcance das ações e contribui para a formação de sujeitos críticos e engajados com a sustentabilidade.

Entende-se que as políticas públicas voltadas à educação ambiental em espaços não formais representam um avanço na democratização do conhecimento e na construção de uma cultura ambiental crítica. Elas promovem a integração entre teoria e prática, estimulam o sentimento de pertencimento e a responsabilidade ecológica, além de contribuir para a consolidação de uma nova ética de convivência entre sociedade e natureza (Sauvé, 2005). Ao reconhecer o potencial educativo desses espaços, o Estado e a sociedade reafirmam o compromisso com a formação de cidadãos conscientes e com a defesa da vida em todas as suas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental vai além do aspecto comportamental ou de um conjunto de práticas em defesa do meio ambiente. É um trabalho reflexivo que envolve o educar para o ambiente, a partir de uma reflexão-ação-reflexão (*práxis*), tendo como foco os problemas do cotidiano e o sujeito enquanto principal agente social inserido em um coletivo.

Na fazenda Bimini, um espaço de educação ambiental não formal, tem sido desenvolvido práticas educacionais que contemplam o rompimento da dissociação entre ser humano e natureza ao discutirem o meio ambiente em uma visão integradora com o público-alvo. Além disso, há de se destacar a prática pautada no diálogo, no ouvir e falar, que permite troca de conhecimentos entre os agentes envolvidos, como forma de construir espaços rurais inclusivos e pautados na relação sociedade-natureza.

Trata-se de uma educação ambiental com potencial transformador, a partir do momento em que nesse espaço não formal as práticas realizadas buscam valorizar a participação ativa por meio do diálogo dos sujeitos envolvidos nas visitas na fazenda Bimini no município de Rolândia/PR.

REFERÊNCIAS

ABREU, H. **Estudo nutricional, fitoquímico e biológico do Jaracatiá**. 2015. 98 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional, Setor de Ciências da Saúde. Universidade Federal do Paraná. 2015. Disponível em: <https://dspace.c3sl.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40462/R%20-%20D%20-%20HELLEN%20ABREU.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Resolução nº 2, Brasília: 15 de Julho de 2012. Disponível em: < <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>>

BRASIL. LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília: 1999. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=634068. Acesso em: dezembro de 2024.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. Brasília: MMA/MEC, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRA, Y. N.; STEIDLE, D. Educação Ambiental Local, a Arte de Falar a Linguagem do Lugar. **Anais...** Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, 08 a 10 de junho, Londrina, 2005.

FIGUEIREDO, J. B. A.. As contribuições de Paulo Freire para uma Educação Ambiental Dialógica. In: 29 Reunião Anual da ANPED, 2006, Caxambu - MG. **Anais** da 29 Reunião Anual da ANPED. Rio de Janeiro - RJ: ANPED, 2006. p. 1-17.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, v. 118, p. 189–205, 2003.

LOPES, A. Y. D. P. **Pioneiros do capital**: a colonização do norte do Paraná. 1982. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.



PAIVA, A. C.; FRANÇA, T. L. Trilhas Interpretativas Reconhecendo os elos com a Educação Física. **Rev. Bras. Ciência e Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 109-124, maio 2007. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/Article/26>.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

SANTOS, M.; FLORES, M.; ZANIN, E. Trilhas interpretativas como instrumento de interpretação, sensibilização e educação ambiental na APAE de Erechim/RS. In: **Revista Eletrônica de Extensão da URI**. Outubro de 2011.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel C. M. (orgs.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

SIQUEIRA, L. F. Trilhas interpretativas: Uma vertente responsável do (eco) turismo. **Caderno Virtual de turismo**, n. 14, 2004.

SORRENTINO, Marcos et al. **A educação ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

TAVARES, C. M. S.; BRANDÃO, C. M. M.; SCHMIDT, E. B. Estética e Educação Ambiental no paradigma da complexidade. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 4, n. 1 – pp. 177-193, 2009